

A POLISSEMIA DA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA

Beatriz Nogueira Marques de Vasconcelos¹

RESUMO

Este artigo integra uma pesquisa de doutorado financiada pela Fapesp (Processo nº 23/03785-0) e tem como objetivo identificar e analisar os fundamentos teóricos que sustentam o conceito de educação emancipadora nas produções acadêmicas brasileiras sobre educação básica. A investigação baseia-se em uma revisão integrativa de literatura, sem recorte temporal, orientada por uma perspectiva dialógica inspirada no Círculo de Bakhtin. Foram examinadas dissertações, teses e artigos que abordam práticas e concepções de educação emancipadora, a fim de compreender como o conceito tem sido mobilizado e ressignificado no campo educacional. Os resultados indicam que a noção de educação emancipadora apresenta forte polissemia, sendo acionada por diferentes tradições teóricas desde uma abordagem crítico-dialética à filosofia política contemporânea e aos estudos da complexidade.

Palavras-chave: Educação emancipadora. Educação básica. Revisão integrativa.

THE POLYSEMY OF EMANCIPATORY EDUCATION IN BRAZILIAN ACADEMIC PRODUCTION REGARDING BASIC EDUCATION

ABSTRACT

This article is part of a doctoral research project funded by FAPESP (Process No.23/03785-0) and aims to identify and analyze the theoretical foundations that support the concept of emancipatory education in Brazilian academic productions on basic education. The investigation is based on an integrative literature review, with no temporal limitation, guided by a dialogical perspective inspired by the Bakhtin Circle. Dissertations, theses, and articles addressing practices and conceptions of emancipatory education were examined in order to understand how the concept has been mobilized and reinterpreted within the educational field. The results indicate that the notion of emancipatory education presents strong polysemy, being invoked by different theoretical traditions ranging from a critical-dialectical approach to contemporary political philosophy and studies of complexity.

Keywords: Emancipatory education. Emancipation. Basic education. Integrative review.

¹Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (2012) e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com ênfase em Psicologia e Educação (2016). É doutoranda em Educação na linha Educação Escolar: Teorias e Práticas, pelo grupo LOED, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-UFSCar).

LA POLISEMIA DE LA EDUCACIÓN EMANCIPADORA EN LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA BRASILEÑA SOBRE LA EDUCACIÓN BÁSICA

RESUMEN

Este artículo forma parte de una investigación doctoral financiada por la FAPESP (Proceso nº 2023/03785) y tiene como objetivo identificar y analizar los fundamentos teóricos que sustentan el concepto de educación emancipadora en las producciones académicas brasileñas sobre educación básica. La investigación se basa en una revisión integradora de la literatura, sin recorte temporal, orientada por una perspectiva dialógica inspirada en el Círculo de Bajtín. Se analizaron disertaciones, tesis y artículos que abordan prácticas y concepciones de educación emancipadora, con el fin de comprender cómo el concepto ha sido movilizado y resignificado en el campo educativo. Los resultados indican que la noción de educación emancipadora presenta una fuerte polisemia, siendo activada por diferentes tradiciones teóricas que van desde un enfoque crítico-dialéctico hasta la filosofía política contemporánea y los estudios de la complejidad.

Palabras clave: Educación emancipadora; Emancipación; Educación básica; Revisión integrativa.

INTRODUÇÃO

O conceito de emancipação é amplamente mobilizado no discurso pedagógico, sobretudo em abordagens de orientação crítica e progressista, embora nem sempre receba o rigor conceitual que sua complexidade demanda. Nessa direção, acompanhamos a problematização de Maria Amélia Santoro Franco (2020), que questiona a viabilidade de uma perspectiva emancipatória da educação diante da hegemonia das políticas neoliberais. Para a autora, é necessário um novo diagnóstico crítico da educação básica que ressignifique seus sentidos e articulações, de modo a enfrentar as desigualdades estruturais que configuram a sociedade brasileira.

Consequentemente, este trabalho tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos que sustentam o conceito de educação emancipadora nas produções acadêmicas brasileiras sobre educação básica, considerando as concepções de sujeito, de processo educativo e de formação que perpassam tal categoria. O debate em torno do tema envolve diálogos políticos e epistemológicos decorrentes da multiplicidade de sentidos atribuídos à emancipação. Assim, abordar a educação emancipadora implica reconhecer sua pluralidade, expressa nas diferentes elaborações teóricas e tradições que a sustentam, mas orientada por um horizonte comum: a promoção de práticas formativas que favoreçam a emancipação humana e política, vinculadas à experiência escolar como vivência plena dos sujeitos envolvidos.

Delimitar uma categoria conceitual não é tarefa trivial. Conforme o sociólogo Octávio Ianni (2011), uma categoria resulta de uma reflexão dialética sobre a realidade que busca sintetizar e organizar o conhecimento de forma complexa, evitando reduzi-lo a definições fixas ou prescritivas. Sob essa perspectiva, este artigo deriva de nossas aproximações conceituais à categoria educação emancipadora/emancipatória, no contexto de uma pesquisa de doutorado que investiga dimensões da qualidade social da educação em uma escola do campo, reconhecida por seu projeto pedagógico coletivo, no qual a emancipação se constitui como horizonte formativo.

Cumpramos destacar que uma versão preliminar desta investigação foi apresentada em forma de comunicação no XXXII Colóquio da AFIRSE Portugal 2025, organizado pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Para a presente versão, procedemos à revisão da tabela de análise originalmente elaborada e à ampliação do debate teórico, de modo a aprofundar as discussões e refinar as interpretações obtidas.

Como afirma Pierre Bourdieu (2007), “o ponto de vista cria o objeto”. Cada campo de conhecimento é, segundo o autor, uma forma de vida e um jogo de linguagem que possibilita diferentes modos de acesso à realidade. Assim, a leitura dos trabalhos selecionados oferece uma perspectiva situada sobre o conceito estudado, revelando como ele se desdobra, expande-se ou se esvai nas produções analisadas. Essa leitura orienta-se por uma perspectiva bakhtiniana (Bakhtin, 2004; 2011), voltada à compreensão da elaboração conceitual no texto acadêmico e à identificação das múltiplas vozes, discursos e posições epistemológicas que atravessam a produção do conhecimento. Cada texto dialoga com outros, conferindo-lhe legitimidade e inserindo-o em uma rede de interlocuções “nas quais as pessoas se baseiam, as quais citam, imitam, seguem...” (Bakhtin, 2011, p. 264).

O texto acadêmico, portanto, constitui-se como uma arquitetura dialógica, na qual a palavra do outro é mobilizada ativamente. Citação, comentário, paráfrase e polêmica compõem o tecido argumentativo, evidenciando que a enunciação científica se insere em uma cadeia discursiva socialmente situada. Rejeitamos, assim, leituras positivistas que tratam os conceitos como categorias estáveis e descontextualizadas (Grillo, 2012), ignorando as relações dialógicas e ideológicas que os configuram.

Com base nesse referencial, organizamos eixos de diálogo e posições discursivas que configuram o campo acadêmico sobre a educação emancipadora, reconhecendo que “a relação com o objeto é a relação com o sentido (...) é sempre

dialógica” (Bakhtin, 2011, p. 327). Para sustentar esse percurso, realizamos uma revisão integrativa de literatura, voltada a identificar as principais contribuições teórico-metodológicas que fundamentam a categoria de emancipação em pesquisas sobre a escola e a educação básica.

Neste movimento de pesquisa, formulamos as seguintes questões: quais concepções de educação emancipadora emergem das produções acadêmicas brasileiras? Que vozes, tradições e escolhas teóricas estruturam esse debate? Para respondê-las, revisamos dissertações, teses e artigos sobre educação emancipadora - e temas correlatos - sem recorte temporal, sistematizando as escolhas conceituais, os diálogos e as formas de ancoragem teórica que configuram o campo.

Para fins de análise, adotamos os seguintes critérios de organização:

1. Presença ou ausência de uma definição explícita de educação emancipadora/emancipatória no campo da educação básica;
2. Tipo de abordagem teórica empregada;
3. Autores e correntes que fundamentam a construção conceitual do tema.

Diante disto, este artigo organiza-se em três seções, além desta introdução. Primeiro, apresentamos o percurso metodológico da revisão integrativa. Em seguida, trazemos a análise abordando a maneira como diferentes vozes configuram os sentidos atribuídos à educação emancipadora. Por fim, apresentamos a conclusão, enfatizando os movimentos de caracterização dos estudos empíricos analisados e os agrupamentos que emergem das ancoragens teóricas compartilhadas. Tais agrupamentos, contudo, não se apresentam como categorias fixas, mas como posições permeadas por atravessamentos, ecos e interações discursivas que evidenciam a polissemia e a vitalidade do conceito no campo educacional contemporâneo.

PERCURSO METODOLÓGICO

O desenvolvimento detalha o estudo realizado. É a parte principal do texto, com os títulos das seções e subseções logicamente relacionados com a problemática nas quais serão desenvolvidas a fundamentação teórica e/ou prática do artigo. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa (Gil, 2008; Flick, 2009) que adotou como

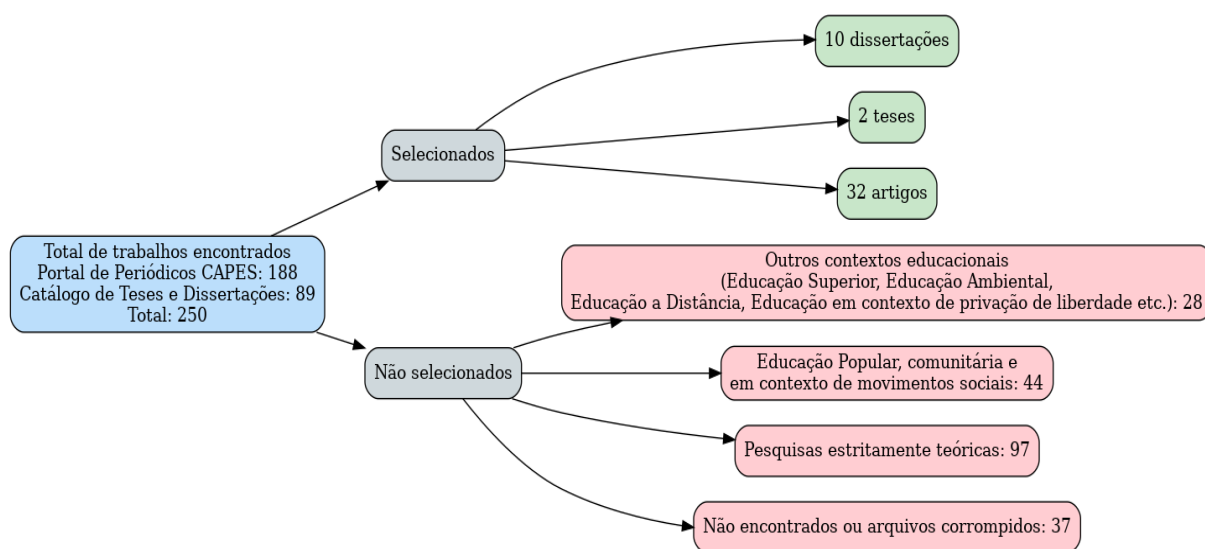
método a revisão sistemática integrativa da literatura, caracterizada pela flexibilidade e pelo rigor analítico que possibilitam ao pesquisador tanto revisar teorias quanto analisar metodologias ou definir conceitos em torno de um tema específico, razão pela qual é considerada uma estratégia adequada para compreender determinado objeto de forma abrangente e consolidar um corpo de conhecimento organizado e fundamentado (Ercole; Melo; Alcoforado, 2014). O percurso metodológico seguiu as seis etapas propostas pelos autores citados, as quais envolvem desde a definição da temática, a formulação da hipótese e da questão de pesquisa, a delimitação dos objetivos e a escolha dos descritores até o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, a seleção das bases de dados, a identificação e organização do corpus, a categorização dos estudos, a análise e a interpretação dos resultados e, por fim, a síntese da revisão.

Na fase inicial, partimos da hipótese de que, no campo educacional, o termo educação emancipadora é frequentemente associado a perspectivas progressistas, embora em muitos casos a fundamentação teórica não seja explicitada de modo consistente e tampouco se anuncie claramente de qual perspectiva emancipatória se trata, o que reforça a necessidade da revisão ora apresentada. Nesse movimento, os descritores definidos foram “Educação Emancipadora”, “Escola Emancipadora”, “Práxis Emancipatória” e “Pedagogia Emancipatória”, utilizados em buscas realizadas no Portal de Periódicos da CAPES e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, bases reconhecidas pela abrangência e pela confiabilidade da produção acadêmica nacional.

Os estudos analisados foram selecionados com base em critérios que incluíam pesquisas empíricas ou documentais no âmbito da educação básica. Por outro lado, trabalhos teóricos, aqueles voltados à educação popular, ao ensino superior e iniciativas ligadas a movimentos sociais foram excluídos, pois não se enquadram diretamente no objetivo central da investigação. Optou-se por não estabelecer recorte temporal na revisão integrativa, de modo a abarcar a totalidade da produção acadêmica sobre educação emancipadora no campo da educação básica. O levantamento inicial resultou em 250 produções, das quais, após leitura dos resumos e aplicação dos critérios definidos, permaneceram 44 estudos, sendo 2 teses, 10 dissertações e 32 artigos, todos submetidos à leitura integral para confirmar sua pertinência à discussão.

A seleção final está sintetizada em um fluxograma explicativo (Figura 1), no qual são detalhadas as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos trabalhos, indicando os quantitativos em cada fase e justificando as exclusões. Esse recurso buscou conferir maior transparência ao processo metodológico e visibilidade ao percurso de constituição do corpus.

Figura 1: Fluxograma explicativo dos critérios das pesquisas selecionadas



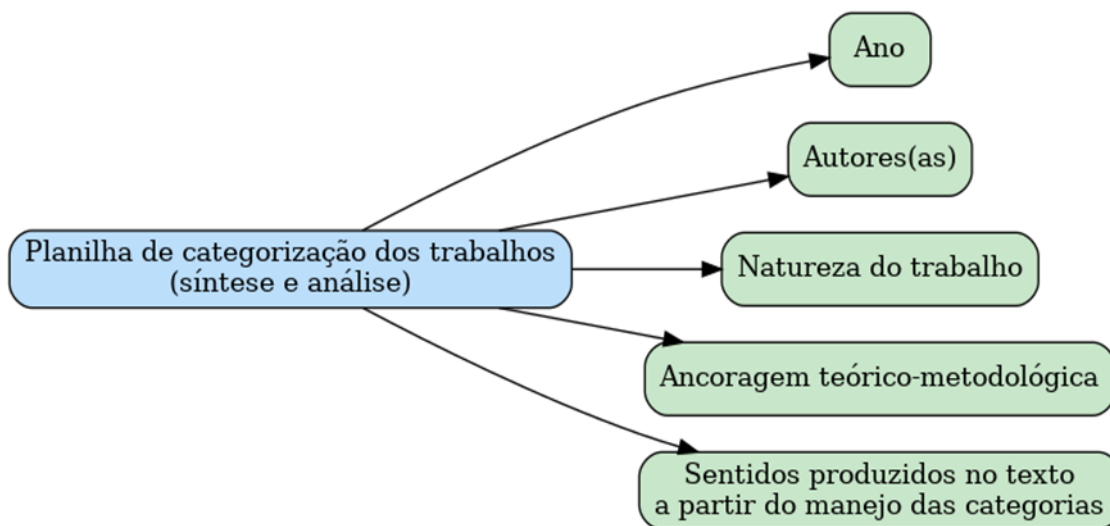
Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à análise dos dados obtidos, elaboramos uma figura destinado a organizar as proposições teórico-metodológicas presentes nas pesquisas selecionadas. O fluxograma foi estruturado a partir de campos de ordem prática que permitem visualizar de forma sistemática a composição do corpus, contemplando: ano de publicação, autor(es), natureza do trabalho (artigo, dissertação ou tese), ancoragem teórico metodológica e os sentidos produzidos sobre educação emancipadora a partir do manejo das categorias teórico-metodológicas adotadas

A Figura 2 apresenta a sistematização desse mapeamento, possibilitando a leitura comparativa entre os estudos e evidenciando a diversidade de ancoragens que atravessam o conceito no campo da educação básica. Na sequência, aprofundamos a análise enunciativa bakhtiniana, recurso metodológico fundamental para a

compreensão da produção de sentidos nos textos examinados e para a identificação das vozes que compõem o discurso acadêmico sobre emancipação.

Figura 2: Organização de síntese e análise construída para fins desse estudo



Fonte: Elaborado pelas autoras

Para concluir e sistematizar o processo de análise, apresentamos, a seguir, o quadro que sintetiza as etapas que orientaram esta revisão. A estrutura segue o modelo de revisão integrativa, adaptado aos objetivos e à perspectiva dialógica adotada neste estudo. Embora o percurso metodológico se baseie nas etapas clássicas da revisão integrativa, a leitura dos textos foi conduzida à luz dos aportes do Círculo de Bakhtin (2011), especialmente no que se refere à identificação das vozes e dos diálogos presentes nas formas de mobilização do conceito nas produções analisadas.

Cabe ressaltar, entretanto, que Bakhtin não foi utilizado como método no sentido prescritivo, mas como lente teórico-interpretativa que possibilita compreender como os sentidos da educação emancipadora se constituem no diálogo entre autores, correntes e campos de saber. Essa opção amplia a leitura crítica dos textos, mas também impõe limites, uma vez que a abordagem bakhtiniana não se propõe a oferecer procedimentos sistemáticos de análise textual.

Para aprimorar o processo investigativo, elaborou-se um quadro com base em Ercole, Melo e Alcoforado (2014), assim como nas etapas apresentadas por Botelho,

Cunha e Macedo (2011). Essas referências orientam a identificação, seleção e avaliação dos estudos disponíveis, favorecendo uma análise crítica e integrada do tema. A revisão integrativa da literatura foi conduzida em seis etapas, conforme especificado no quadro 1.

Quadro 1 – Etapas da Revisão Integrativa

Etapa	Descrição
1. Identificação do tema e seleção da questão básica	A educação emancipadora/emancipatória nos estudos no campo da Educação Básica. Quais são as ancoragens teóricas que sustentam a conceituação da educação emancipadora na produção acadêmica brasileira?
2. Estabelecimento dos critérios de inclusão e/ou exclusão e escolha das bases de dados	Critérios de inclusão: Estudos situados no campo da educação básica; Natureza empírica Critérios de exclusão: Pesquisas de caráter estritamente teórico; Estudos voltados à educação popular; Pesquisas relacionadas ao ensino superior; Iniciativas vinculadas a movimentos sociais. Sendo realizada em duas bases (i) Portal de Periódicos da CAPES (ii) Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.
2. Identificação dos estudos selecionados	Levantamento sistemático dos trabalhos. Extração em matriz analítica com campos: ano, autor(a), natureza, abordagem teórico-metodológica e sentidos produzidos na conceituação.
4. Análise crítica dos estudos incluídos	Leitura dialógica orientada pelos pressupostos bakhtinianos, observando as vozes, diálogos internos no texto e silenciamentos na elaboração conceitual da educação emancipadora.
5. Discussão dos resultados	Discussão dos resultados a partir de dois eixos orientadores: (i) identificação da discussão teórico-metodológica; (ii) compreensão dos diálogos internos e interlocuções na construção do conceito.
6. Apresentação da Revisão/Síntese	Construção de categorias que articulam diferentes perspectivas e ancoragens epistemológicas, evidenciando convergências, deslocamentos e contradições, assim como sugestão para estudos futuros.

Fonte: elaborado pela autora com base nas referências descritas.

Organizamos os dados tendo a revisão sistemática integrativa como metodologia, a qual nos auxiliou na delimitação do corpo de conhecimento referente a um determinado assunto. No caso específico deste estudo, buscamos compreender como a categoria conceitual de emancipação tem sido mobilizada.



Nossa perspectiva de análise considera as pessoas pesquisadoras que elaboram, investigam e formulam mobilizações analíticas sobre o que constitui a emancipação nas relações entre ensinar e aprender, bem como em outras dinâmicas que se configuram no interior da escola pública. Inseridos no campo das pesquisas escolares, esses sujeitos compõem muitas vezes enunciados complexos, marcado pela presença de múltiplas vozes. Mikhail Bakhtin (2011) argumenta que o discurso científico se constrói polifonicamente, em um entrecruzamento de vozes, complementares, concorrentes e, por vezes, contraditórias, onde diferentes posições estão em constante disputa.

É nesse horizonte que não apenas discutiremos as questões conceituais necessárias para definir cada categoria construída no texto. Consideramos, assim, as diferentes compreensões teóricas resultantes das apropriações feitas por aqueles que escrevem.

A combinação da revisão sistemática com a análise enunciativo-discursiva inspirada em Bakhtin permite aprofundar a compreensão das diferentes vozes mobilizadas pelos autores na construção conceitual de suas pesquisas. Nesse movimento, embora Bakhtin oriente a leitura, não validamos ou hierarquizamos o trabalho dos autores; antes, tratamos da escolha interpretativa sobre quais vozes dialogam no movimento discursivo e quais são as escolhas que determinada produção evidência, os atravessamentos, discordâncias e distâncias presentes nos textos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para dar visibilidade aos aspectos teórico-metodológicos mobilizados nas pesquisas selecionadas, apresentamos quatro agrupamentos de análise: **(1) Emancipação a partir de uma ontologia social e histórica; (2) Emancipação como autonomia intelectual; (3) Emancipação pelo conhecimento singular e multidimensional; e (4) Menções à categoria sem conceituação**

Adotamos uma postura dialógica e polifônica na análise, agrupando os trabalhos que se baseiam em referências comuns ou em uma mesma corrente de pensamento dentro das ciências humanas. No entanto, destacaremos também as diferenças, dissonâncias e aproximações com outras perspectivas, considerando o sentido assumido e apropriado por cada autor(a) nas pesquisas selecionadas para leitura na íntegra.

Ao analisar os trabalhos selecionados, torna-se evidente que os sentidos atribuídos à educação emancipadora não são construídos de forma isolada, mas resultam do modo como cada pesquisa mobiliza e articula vozes teóricas distintas. O diálogo estabelecido com autores e autoras revela escolhas epistemológicas e metodológicas que orientam as análises e permitem compreender diferentes filiações no interior do debate. Assim, a produção de sentido no texto decorre tanto da ancoragem teórica assumida quanto da forma como essa é tensionada, reinterpretada ou combinada, evidenciando um campo marcado pela pluralidade e pela diversidade de significados.

Agrupamento (1) Emancipação a partir de uma ontologia social e histórica

Na construção deste agrupamento, selecionamos 21 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos acadêmicos, a partir destes trabalhos foi possível identificar os manejos, os movimentos discursivos e os sentidos empregados na formulação conceitual que fundamenta as pesquisas quando estão afirmando a educação emancipadora como forte categorial em seus trabalhos.

Neste movimento empreendido, destacam-se as produções ancoradas na perspectiva crítica do materialismo histórico-dialético (MHD). Essas pesquisas enfatizam a educação emancipadora como movimento contínuo de resistência às múltiplas formas de opressão. Em Marx (1983), a compreensão das contradições da realidade social é condição para a crítica ao capitalismo, de modo que a emancipação se vincula à transformação do trabalho e à luta dos trabalhadores auto-organizados por condições de vida dignas. Nessa perspectiva, o trabalho aparece como atividade vital primeira, base da existência humana, manifestando-se na superação da subordinação hierárquica e na transformação das condições objetivas de existência.

O trabalho como princípio educativo para uma educação emancipadora destaca-se nos estudos que retomam Marx e Engels, reforçando que a educação emancipadora se constitui como um processo dinâmico de resistência, enraizado nas contradições históricas e articulado às dimensões de classe, raça e gênero (Cruz, 2024; Purin, 2011). Sanches e Silva (2023) argumentam que o ensino médio profissionalizante, fundamentado em uma visão ontológica do ser humano e do trabalho, pode favorecer uma pedagogia emancipadora, formando jovens críticos e atuantes no meio social.

Barcellos *et al.* (2020) analisam a perspectiva encarnada na proposta educativa do MST, alinhando-a ao pensamento de Gramsci sobre educação dos sujeitos subalternizados. Já Barcellos e Torres (2019) fundamentam uma pedagogia socialista com base em Pistrak. Na tradição crítica, destaca-se um estudo que utiliza o conceito de emancipação na educação para promover condições de existência não bárbara, articulando-o à luta política, ao trabalho e à autorreflexão crítica, elementos essenciais ao processo de desbarbarização da sociedade (Hora, 2019), segundo Adorno.

É neste movimento, de entender as estruturas e seus condicionantes, que algumas produções, compõem o mirante a partir justamente do debate da humanização do trabalho articulado à luta política e à organização coletiva, destaca-se a centralidade de Gramsci nas produções que pensam a categoria como caminho para a emancipação das formas subalternas da vida humana. Gramsci emerge, assim, como a principal voz articulada nas produções, especialmente pela perspectiva que assume na análise das formas de dominação e de adestramento da subjetividade. Tal compreensão, mediada pela consciência coletiva faz diálogo com Paulo Freire e abre caminho para uma contra-hegemonia que se concretiza em uma escola pública dos trabalhadores e de caráter popular (Arantes, 2005).

Nessa mesma direção, pesquisas inspiradas pela Escola Comuna (Pistrak, Shulgin, Krupskaya) defendem uma educação para e pela coletividade, valorizam a auto-organização dos sujeitos e entendem a emancipação humana como instrumento de enfrentamento ao capital. No movimento assumido, tais trabalhos ressaltam a escola como espaço de aprendizagem e de resistência e conscientização, com ênfase nas possibilidades emancipadoras da educação do campo e na formação humana ampliada (Marques, 2022; Ferreira; Antônio, 2022; Barcellos; Torres, 2019).

No diálogo com pesquisadores contemporâneos, destacam-se Miguel Arroyo, Mônica Molina e Roseli Caldart, em especial nos trabalhos que se dedicam ao debate no âmbito da modalidade da Educação do Campo. Neles, problematizam-se as possibilidades emancipatórias dessa modalidade, sublinhando a mobilização e a luta coletiva de sujeitos e comunidades historicamente excluídas como vias de humanização e de transformação social (Galdino, 2018; Gotardi, Pires, 2021, Socorro, 2009; Ramos, 2022; Lança, Costa Fernandes, 2020; Cunha; Chagas; Dos Santos, 2024; Ribeiro, 2022).

Paulo Freire é, sem dúvida, o autor mais referenciado, presente em todas as 21 pesquisas analisadas, ora como base conceitual principal, ora em diálogo com

outras tradições. Seu pensamento, especialmente em Pedagogia do Oprimido, é mobilizado como contraponto à educação descomprometida com o social, reafirmando uma perspectiva de educação emancipadora em que a tomada de consciência individual e coletiva e a ação social, mediadas pelo reconhecimento de classe, são fundamentais. Nesta compreensão destacam-se as pesquisas de Gazoli, Costa, Silva Leite. 2015; Souza; Andrade, 2019; De Alcântara; Souza Andrade, 2020.

O legado de Paulo Freire está envolvido em debates epistemológicos que dialogam com correntes pós-marxistas e pós-modernas, como as de Boaventura de Sousa Santos, Jacques Rancière, Ernesto Laclau, Edgar Morin e Zygmunt Bauman. Isso evidencia a natureza dinâmica e múltipla de sua influência, tema que será destacado nos agrupamentos seguintes. Entre os estudos que compõem o legado freiriana, há destaque para aqueles que valorizam culturas locais na construção de currículos com uma perspectiva decolonial. O conceito de emancipação, dentro desse contexto, ultrapassa a superação de estruturas opressoras, ressaltando o protagonismo do sujeito subalterno no debate sobre decolonidade (Marins *et al.*, 2021; Mometti *et al.*, 2022).

Outro diálogo com Freire é apresentado por Almeida (2017), que promove uma conversa entre Freire e a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky. Nesse encontro, a autora reflete tanto sobre a práxis criadora destacada por Freire quanto sobre a visão de criação humana em Vygotsky. O diálogo também se estende às ideias de Marx relativas à emancipação política, especialmente no ponto em que escola e comunidade se encontram nos processos de transformação social.

Autores brasileiros como Dermeval Saviani, Vitor Paro e Pedro Demo são mencionados em cinco estudos que defendem uma educação emancipada baseada no direito ao conhecimento histórico e humano. O objetivo é criar condições que favoreçam a emancipação, destacando o conhecimento como ferramenta essencial e definindo a educação como um estímulo ao sujeito. Os estudos de Lima et al. (2019), Maldonado (2016), Silva (2019), Salvetti, 2011 e Trindade e Souza (2020) promovem um diálogo entre esses autores para conceituar a educação emancipadora como uma categoria social e histórica. Ressalta-se que essa abordagem não deve ser reduzida à retórica ou à normatização, mas necessita ser vivenciada enquanto prática crítica e transformadora no contexto da escola pública.

Agrupamento (2) Emancipação como Autonomia intelectual

Dos sete estudos analisados, reunidos nesta categoria, todos conceituam a emancipação a partir de Jacques Rancière, autor que transita entre os campos das artes, da literatura, da partilha do sensível e do regime estético. A escolha dessa chave analítica se constrói em diálogo com outros autores mobilizados nas pesquisas, cujas ideias são manejadas para sustentar os diferentes argumentos que compõem o corpus analisado.

Nestes trabalhos a partir do diálogo com Rancière, a aprendizagem emancipadora não depende exclusivamente da inteligência do professor, rompendo com uma relação vertical e limitante entre mestre e aluno. Ele propõe uma dialética entre embrutecimento e emancipação, ao afirmar que "há embrutecimento quando uma inteligência é subordinada a outra. O homem – e especialmente a criança – pode precisar de um mestre quando sua vontade não é forte o suficiente para guiá-la e mantê-la em seu próprio caminho" (Rancière, 2015, p. 31).

Esse é o cerne da educação emancipadora nessa concepção: não se trata de uma relação vertical em que o professor, por deter maior conhecimento, o transmite antecipadamente ao aluno, mas de uma relação horizontal, de inteligência a inteligência. Os trabalhos analisados estabelecem, nesse ponto, diálogos diretos com a perspectiva freiriana, especialmente a partir da Pedagogia da Autonomia, obra em que Paulo Freire problematiza o ensino, o trabalho docente e a relação educador-educando, enfatizando a crítica à educação bancária.

Entre os estudos que aprofundam esse diálogo entre Freire e Rancière, destaca-se Machado (2023), que compreende a educação emancipadora como um processo que valoriza o silêncio, a pausa e o tempo como dimensões pedagógicas constitutivas da formação humana. Inspirado na ideia de brevíloquência - gesto intencional de dizer menos para abrir espaço ao pensamento e à autonomia -, o autor propõe que a emancipação se realiza quando a pessoa educadora cria condições para que o estudante investigue, reflita e construa conhecimento por si mesmo. Ao articular saberes indígenas e referenciais de Freire e Rancière, Machado (2023) desloca o ensino emancipador de uma técnica para uma postura ética e política, voltada à formação de sujeitos autônomos, críticos e sensíveis ao tempo do aprender.

Nessa tessitura, a escola também é problematizada enquanto locus de produção e reprodução de formas de dominação. Essa crítica emerge nos trabalhos

que evidenciam como, ao longo da modernidade, a instituição escolar foi estruturada por dispositivos pedagógicos que inibem processos de autoformação. Bert e Ramos (2014) ilustram essa tensão em um estudo sobre a fruição do cinema com estudantes do ensino médio em uma escola periférica, articulando-se ao conceito de “espectador emancipado” desenvolvido por Rancière (2010).

Para este conjunto de trabalhos, é possível afirmar que o pensamento de Paulo Freire mantém relação de correspondência com o de Jacques Rancière, especialmente na defesa da igual potência intelectual entre todos os sujeitos. Para os autores que olham a categoria assumida a partir deste mirante, ambos recusam a hierarquia entre quem ensina e quem aprende, reconhecendo que o ato educativo se funda na possibilidade de cada um pensar por si.

Essa perspectiva do sujeito autônomo e emancipado também é entendida como prática contínua de autogoverno. Esse movimento aparece, por exemplo, no diálogo com Michel Foucault, sobretudo em *A Hermenêutica do Sujeito*, obra em que o autor retoma as práticas de vida da Grécia e de Roma antigas. No diálogo com Foucault, a pesquisa de Medeiros (2020) assume que o cuidado de si implica liberdade, pois significa governar os próprios instintos e preservar a existência, constituindo-se, assim, como prática política fundamental para o modo de ser no mundo e de se relacionar consigo e com os outros.

Um dos estudos categorizados também associa o debate à questão do território e do direito à cidade. Carnaviere e Oliveira (2020) analisam como práticas educativas podem viabilizar processos de territorialização das crianças pequenas na cidade, compreendendo que, à luz da partilha do sensível, a experiência estética e política da arte promove uma autonomia que liberta sujeitos, linguagens e invenções dos quadros restritos de produção de sentido.

Sob essa mesma perspectiva, problematiza-se a organização metodológica da aula. Menezes e Oliveira (2020), por exemplo, discutem a metodologia da aula invertida como possibilidade de educação emancipatória, argumentando que emancipar-se implica a construção da autonomia e da autoformação do sujeito, ancoradas em seu potencial intrínseco.

Agrupamento (3) Emancipação pelo conhecimento singular e multidimensional

A ideia de emancipação a partir de um conhecimento singular é apropriada, em especial, a partir da perspectiva da ecologia dos saberes (Santos, 2011) e da teoria da complexidade (Morin, 2007), mobilizadas em quatro produções. Edgar Morin, de maneira propositiva, teoriza sobre a mudança que considera necessária para romper com o sistema educacional hegemônico ocidental. Nas pesquisas de Simões (2019), que investiga a Escola Municipal Professor Waldir Garcia (AM), e de Cabral, Carneiro K. e Carneiro T. (2021), cujo lócus de conhecimento são a Escola da Ponte e o Projeto Âncora (Portugal e Brasil), reforça-se a ideia de que tais experiências demonstram formas possíveis de romper com a lógica da fragmentação dos espaçostemposaberes, da hiperespecialização e da redução do saber, frequentemente reproduzidas no espaço escolar.

A pesquisa de Simões (2019) estabelece, de modo particular, um diálogo com Santos (2011), ao evidenciar possibilidades emancipatórias na educação escolar pública junto àqueles que criam e recriam saberes e fazeres no cotidiano da escola. Outra posição discursiva mobilizada é a de Michel de Certeau, utilizada para refletir sobre as táticas possíveis de emancipação em uma escola comum, compreendendo professores e alunos como sujeitos organizadores. Nesse horizonte, a emancipação se efetiva em tramas curriculares outras e em usos singulares dos espaços escolares.

Há, nessa leitura, uma aproximação entre Paulo Freire e Michel de Certeau, na medida em que para Simões (2019) ambos permitem interpretar as práticas culturais como formas de atuação política de sujeitos anônimos nas forças sociais. Assim, a emancipação é compreendida como superação dos limites da obediência, da uniformização e do assujeitamento.

O saber singular da criança e os saberes de suas professoras são problematizados por Siqueira e Rodrigues (2021), que refletem sobre modos de compreender as culturas infantis e a importância de rememorar tanto os modos de ser criança quanto a condição de professoras brincantes. Essa perspectiva aproxima as autoras das epistemologias do Sul, em um esforço de valorizar as vozes ausentes (as crianças nas práticas pedagógicas) e de produzir falas emergentes (Santos, 2011). Também mobilizam Paulo Freire, para quem fazer educação com as crianças - em vez de fazê-la para elas - fortalece a concepção de que o professor é, ao mesmo tempo, pesquisador de sua própria prática (Freire, 2011).

Já Cossio *et al.* (2010), ao refletirem sobre as relações de poder que obstaculizam uma relação emancipatória nos modos de gestão escolar, defendem que não há emancipação em si, tampouco uma proposta de educação democrática capaz de contemplar a emancipação de todos os sujeitos. O cerne de sua análise reside na construção de relações emancipatórias, entendidas como vínculos igualitários em expansão, ainda que permeados por momentos de regulação. Essa posição aproxima-se da proposta de Laclau e Mouffe, segundo a qual a possibilidade de uma nova hegemonia se constrói a partir dessas disputas e negociações.

Agrupamento (4) Menções à categoria sem conceituação

Entre as produções que não conceituam teoricamente a categoria de educação emancipadora, predomina uma compreensão que a vincula à ideia de humanização dos processos escolares, identificada em 12 trabalhos. Ainda que essas pesquisas não apresentem definição conceitual explícita nem se apoiem, em sua maioria, em referenciais teóricos específicos, o núcleo de suas argumentações reside na valorização da humanização dos processos educativos. Nesses textos, a emancipação aparece de modo adjetivado e, quando articulada a outras perspectivas, destaca a importância de uma formação crítica e transformadora.

Nesse movimento de não conceituar formalmente, a emancipação pode ser entendida como resposta à construção de uma educação que reconhece que somos seres condicionados, mas não determinados, ideia que, ainda que não referenciada a Paulo Freire, se aproxima de suas reflexões e aparece explicitada em Silva (2019). Além disso, autores como Giroux, Paro e Demo são mobilizados para discutir a construção de condições emancipatórias em que o conhecimento é privilegiado como instrumento de acesso e de transformação social (Santos; Carneiro, 2013). A emancipação relacionada à compreensão das questões de gênero e sexualidade (Fetter, S. A.; Silva, 2020), como também a ideia de que a emancipação ocorre por meio de uma aprendizagem contextualizada e situada, que está inserida socialmente (Mota; Pinheiro; Denez, 2020).

CONCLUSÃO

As considerações aqui apresentadas não se configuram como uma conclusão definitiva, mas têm o objetivo de, sob o inacabamento (Bakhtin, 2011, Freire, 2005), evidenciar o percurso realizado pelas pessoas autoras, pelos textos analisados e pelas interações e diálogos estabelecidos em torno de determinados referenciais teóricos. Ao promover aproximações que, em outras abordagens, poderiam ser consideradas inviáveis, possibilita-se, em termos bakhtinianos, o encontro com as contra-palavras, favorecendo o surgimento de novos caminhos para revisões conceituais da própria categoria que se encontra em permanente movimento de elaboração e mudança.

A linguagem implica relações marcada por conflitos, dominação, resistência e adaptação, constituindo um espaço de “arena” social em constante produção (Bakhtin, 2011). O texto acadêmico, ainda que se apresente como uma forma discursiva mais polida - em razão de suas revisões e de seu caráter compartilhado de produção -, também se inscreve nessa arena. Essa dimensão torna-se particularmente visível nas diferentes formas como Paulo Freire é mobilizado nas categorias analisadas, aparecendo sob distintas aproximações, diálogos e sentidos.

O recorte que realizamos, ao nos debruçarmos sobre pesquisas que adotam a realidade empírica - o chamado “chão de fábrica” - no processo de reflexão sobre o que constitui uma educação emancipadora na materialidade vivida por trabalhadores escolares, estudantes e suas famílias, evidencia que a escola, isoladamente, dificilmente consegue alterar o movimento imanente do capital e de suas realizações predatórias. No entanto, ela é capaz de apoiar a formação de seres humanos auto-organizados, críticos e sensíveis, capazes de desenvolver consciência e agir de modo a transcender as limitações impostas pelo modo de produção capitalista.

Nesse sentido, a educação emancipadora produzida no espaço escolar mantém-se como instrumento de transformação social, fomentando uma organização coletiva e crítica que se coloca em contradição com a lógica do capital.

Em síntese, a investigação evidencia que o conceito tem sido mobilizado a partir de perspectivas diversas - que vão desde a tradição crítico-dialética até interpretações ancoradas na filosofia política contemporânea, nos estudos da complexidade e em usos predominantemente adjetivos, pouco delimitados conceitualmente. Conclui-se que a educação emancipadora não apresenta um sentido

unívoco, mas se configura de modo plural, assumindo diferentes significados conforme os referenciais teórico-metodológicos que a sustentam. O reconhecimento dessa polissemia revela que a emancipação pode ser compreendida sob múltiplas perspectivas, reafirmando seu caráter aberto e em permanente construção no campo educacional.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, P. C.; PINHEIRO, I. S.; NASCIMENTO, D. L. Ensino de história e mundos do trabalho na transição dos ensinos fundamental I e II: uma abordagem a partir da investigação dos modelos mentais. *Revista Pindorama*, v. 11, n. 2, p. 18-18, 2020.

ALMEIDA, S. G. Projeto Âncora: uma perspectiva de educação para a integralidade humana. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ARANTES, K. C. M. De que lado nós estamos? Uma experiência na educação de adolescentes através da cultura visual. *Visualidades*, v. 3, n. 2, 2005.

BARCELLOS, L. H. S.; TORRES, J. C. A ciranda infantil e as crianças Sem Terrinha: educação e vida em movimento. *Dialogia*, n. 31, p. 57–65, 2019. DOI: 10.5585/dialogia.N31.11458.

BERTI, A. O.; RAMOS, R. F. Experiências com a arte cinematográfica na escola. *Travessias*, v. 8, n. 3, p. e11041, 2014.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. DOI: 10.21171/ges.v5i11.1220.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalinas*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CABRAL, E. F. L.; CARNEIRO, K. B.; CARNEIRO, T. K. G. O pensamento complexo de Edgar Morin e suas contribuições ao campo da educação: uma análise da prática desenvolvida na Escola da Ponte à luz da Teoria da Complexidade. [S.l.: s.n.], [s.d.].

CANAVIEIRA, F. O.; COELHO, O. P. Escola da infância, cidade e democracia: em busca do exercício da cidadania infantil. *Práxis Educacional*, v. 16, n. 40, p. 47-65, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i40.6885.

CÓSSIO, M. F. et al. Gestão educacional e reinvenção da democracia: questões sobre regulação e emancipação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 26, n. 2, 2010.

CRUZ, D. U. O mundo rural e a prática educativa: para continuar a refletir uma educação emancipadora. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 21, 2024.

CUNHA, W. R.; CHAGAS, E. F.; SANTOS PEREIRA, A. M. O direito à expressão artística na construção da “palavramundo”: reflexões de experiências engendradas do chão da escola da rede pública municipal de Fortaleza. [S.l.: s.n.], 2024.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Integrative review versus systematic review. *REME: Revista Mineira de Enfermagem*, v. 18, n. 1, p. 9-11, 2014.

FERREIRA, R. G.; ANTÔNIO, C. A. Proposta curricular por complexos de estudo das escolas itinerantes do Paraná e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): uma análise sobre diferentes currículos para a formação escolar. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 10, p. 68461-68482, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n10-225.

FETTER, S. A.; SILVA, D. R. Q. Gestão do pedagógico para a emancipação da diversidade sexual na escola. *Anais do SEFIC 2019*. 2020.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, M. A. S. *Pedagogia crítica: transformações nos sentidos e nas práticas emancipatórias*. *Revista Práxis Educacional*, v. 16, n. 42, p. 423-439, 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALDINO, P. D. *Diário de um professor em formação: experiências PIBIDIANAS*. [S.l.: s.n.], 2018.

GAZOLI, D. G. D.; COSTA, A. A. F.; SILVA LEITE, S. A. O projeto educativo de uma professora na perspectiva freireana: a narrativa de uma práxis emancipadora. *EJA em Debate*, 2015.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOTARDI, O. L. N.; PIRES, D. X. Educação do campo e currículo: um estudo das propostas pedagógicas de escolas do campo da região de Dourados/MS. #Tear: *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 10, n. 2, 2021.

HORA, C. L. O caso da escola municipal Campos Salles (Heliópolis-SP) e a construção da autonomia. [S.l.: s.n.], 2019.

IANNI, O. A construção da categoria. Revista HISTEDBR On-line, v. 11, n. 41e, p. 397-416, 2011.

LANÇA, J. F.; COSTA FERNANDES, T. A educação do campo e suas especificidades: um estudo do projeto político-pedagógico de uma escola do campo no município de Londrina-PR. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 5, e9938, 2020.

LIMA, E. J. et al. Educação e emancipação por meio do laboratório de matemática. Research, Society and Development, v. 11, n. 16, e461111638364, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i16.43864.

MACHADO, V. F. Silêncio docente e emancipação: entre lições indígenas, Freire e Rancière. Educação e Pesquisa, v. 49, e251220, 2023.

MALDONADO, L. Gestão escolar para uma práxis transformadora: uma escola pública inovadora EMEF Desembargador Amorim Lima. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MARINS, C. N. C.; SANCHEZ, L. B. Narrativas históricas como projeto pedagógico em uma turma de NEJA: uma experiência de empoderamento. Revista de Ciências da Educação, 2021.

MARQUES, H. P. Os temas dos complexos no processo de construção do currículo em alternância de uma escola pública do campo. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

MARX, K. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. Obras Escolhidas, v. 2, 1983.

MEDEIROS, J. D. “Exercícios emancipatórios” para uma aprendizagem da filosofia no ensino médio a partir de O mestre ignorante de Jacques Rancière. Revista Digital de Ensino de Filosofia – REFILIO, e24/1-15, 2020.

MOMETTI, C.; BERTOTI DA CUNHA, F.; CANUTO DOS REIS, G. O currículo sob a lente decolonial: múltiplas perspectivas para o ensino médio brasileiro. Revista Espaço do Currículo, v. 15, n. 2, 2022.

MOTA, F. L.; PINHEIRO, C. R.; DENEZ, C. C. Percepção do processo ensino-aprendizagem na educação escolar indígena: múltiplos olhares na Aldeia Morro Brancos no município de Grajaú/Maranhão. Research, Society and Development, v. 9, n. 3, e140932519, 2020.

NUNES, G. C. Tempo, espaço e currículo na educação integral: estudo de caso em uma escola do Guará. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

RAMOS, M. C. Projeto Político-Pedagógico de uma Escola Estadual do Campo de São José dos Quatro Marcos-MT: Instrumento de Construção de uma Educação Emancipadora? 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2020.

RIBEIRO, D. S. Pedagogia da alternância como proposta de educação transformadora: um estudo sobre a Escola Família Agrícola Vale do Guaporé. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SALVETTI, T. A. S. A qualidade do ensino na dimensão da gestão escolar democrática: um estudo de caso na Emeb Alfredo Naime a partir do INDique. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, S. C. R. da. O sentido da educação integral nas práticas dos docentes do Proeiti: formação emancipadora? 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOCORRO SILVA, M. As práticas pedagógicas das escolas do campo: a escola na vida e a vida como escola. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

Recebido em: 10.01.2026

Aprovado em: 10.04.2026